



*A Invenção do Centro Histórico de São Luís(MA): momentos decisivos**

The Invention of the Historical Center of São Luís (MA): decisive moments

Vinicius Dino Fonseca de Castro e Costa**

* Recebido em: 03.07.2017. Aprovado em: 25.10.2017

** Mestrando em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Graduado em Ciências Sociais/Sociologia pela Universidade de Brasília.. Email: viniciusdinocosta@gmail.com

Resumo: O objetivo geral do artigo é analisar o processo de invenção do centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão, enquanto recorte espacial e paisagem urbana portadora de um valor de excepcionalidade. Busco interpretar a maneira como se deu historicamente esse processo de diferenciação, analisando a construção simbólica dessa excepcionalidade. Partindo da sociologia processual e figuracional de Norbert Elias, tomo os sentidos atribuídos a essa paisagem urbana como nexos em uma dinâmica social de longo prazo, marcada por dois momentos decisivos que correspondem a diferentes figurações: preservacionismo e reconstrução. Nesse tramado sociocultural, procuro observar políticas da imagem que estão por trás da configuração atual do centro histórico de São Luís. O ponto de chegada é uma reflexão sobre o modo como essa invenção fixa significados ao centro da cidade e o transforma no que se poderia chamar de um lugar de memória.

Palavras-chave: centro histórico; políticas da imagem; invenção de tradições; patrimônio cultural; lugar de memória.

Abstract: The general aim of the article is to analyse the process of invention of the historic center of the Brazilian city of São Luís, Maranhão, as a spatial category and an urban landscape assigned with a value of exceptionality. From the point of view of Norbert Elias' processual and figurational sociology, I take the meanings attributed to this urban landscape as connections in a long term social dynamic, marked with two decisive moments, which correspond to different figurations: preservationism and reconstruction. In this sociocultural network, I seek to observe the politics of the image that are behind the current configuration of the historic center of São Luís. The point of arrival is a reflection on how this invention fixates meanings to the center of the city and turns it into what can be called a memory-place.

Keywords: historic center; politics of the image; invention of tradition; cultural heritage; memory-place.



Introdução: tradições inventadas, fluxos de sentido e políticas da imagem

Referência cultural incontornável para grande parte dos moradores da cidade de São Luís, o centro histórico da cidade¹, enquanto recorte espacial e paisagem urbana portadora de um valor de excepcionalidade, nem sempre existiu. Sua invenção se deu ao longo do século XX, cerca de trezentos anos depois de erguidas as primeiras edificações onde mais tarde seria a capital maranhense. Essa invenção foi tecida por discursos, classificações e nomeações, mas também é preta de sentidos não-verbais: são imagens, condutas, práticas, modos padronizados de agir e pensar que contribuem para fazer, da paisagem da cidade antiga, um “centro histórico”. Quais determinantes sociais estão na gênese dessa consagração? Como se deu o processo de invenção do centro histórico de São Luís, e quais são seus efeitos e durações? Quais são seus agentes principais? São questões como essas que este artigo busca responder².

Para dar conta desse caráter “inventado” do centro histórico, tomo como ponto de partida a discussão conduzida por Eric Hobsbawm e Terence Ranger a respeito da invenção de tradições. Segundo Hobsbawm (1983, p. 01),

‘tradição inventada’ significa um conjunto de práticas, normalmente governadas por regras aberta ou tacitamente aceitas e que são de uma natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento pela repetição, o que

automaticamente implica em continuidade com o passado.³

Assim, essas tradições buscam estabelecer continuidade com um passado específico por meio do simbolismo. Como exemplo, o autor aponta a escolha do estilo gótico para a reconstrução, feita no século XIX, do prédio do parlamento britânico; e também, a escolha “igualmente deliberada” de reconstruir a câmara parlamentar com a mesma exata planta após a 2ª Guerra Mundial. Veremos que, também no caso de São Luís, uma reconstrução se presta à criação de um efeito de continuidade temporal: em 1988, o governador do estado do Maranhão veio a decretar “a reconstrução e revitalização do acervo do Centro Histórico de São Luís de modo a dar a essa área, dentro do possível, a feição arquitetônica que ali predominava nos séculos passados” (CAFETEIRA, 1993, p. 126)⁴.

O aspecto da formulação de Hobsbawm que é central para o problema aqui abordado, nesse sentido, é precisamente o seguinte: o efeito de continuidade histórica que a invenção de tradições engendra, de modo a permitir que criações recentes apareçam na memória e no imaginário coletivos como portadoras de uma antiguidade fundada em tempos imemoriais. Creio que é o caso da região central da cidade de São Luís, Maranhão, que em seus primeiros séculos coincide com os próprios limites da cidade⁵, para ao longo do século XX ser destacada do resto do município e passar ser reconhecida como um “centro histórico”⁶. É justamente esse processo de diferenciação que, aqui, tomarei como objeto (já

¹ Segundo o site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o centro histórico da cidade de São Luís é composto por cerca de quatro mil edificações exemplares da arquitetura civil colonial portuguesa, em sua maioria dos séculos XVIII e XIX. (Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>. Acesso em 13/04/2017.) Em 1997, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o inscreveu em sua lista do Patrimônio Mundial, sob a justificativa de que “o Centro histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa, adaptada com sucesso às condições climáticas da América do Sul equatorial e tendo preservado em medida notável seu tecido urbano harmoniosamente integrado a seu ambiente natural”. (Traduzido da versão em francês do site do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO. Disponível em http://whc.unesco.org/fr/decisions/?id_decision=2869&. Acesso em 15/04/2017.)

² O presente texto é uma versão modificada de um dos capítulos da monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de ciências sociais na Universidade de Brasília (DINO, 2017).

³ Tradução livre de Hobsbawm e Ranger (1983).

⁴ A relação entre centro histórico e tradição é observada, por exemplo, na tese de Albernaz (2004, p. 29): “Passei a perceber que, quando me falavam da cidade, seus moradores, com relativa independência da posição que ocupam na estrutura social – renda, raça, sexo, gênero, escolaridade – partilhavam opiniões semelhantes sobre as características que a definiriam. Uma delas era a relação com o tempo, sendo enfatizado que a cidade e seus moradores atuam no momento presente num diálogo



com o tempo passado, expresso no termo tradição. Uma frase freqüente era: *São Luís sabe manter a tradição*. Um exemplo recorrente: a arquitetura colonial do centro da cidade [...].

⁵ “Até a década de 1940, a área constituída pelo traçado urbano original da cidade configurava o principal núcleo urbano da Ilha” (NORONHA, 2015, p. 104).

⁶ “Mais interessante, do nosso ponto de vista, é o uso de materiais antigos para construir tradições inventadas de um tipo novo, com propósitos bastante novos” (HOBSBAWM, 1983, p. 6).

⁷ “Sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social [...]” (WEBER, 2012, p. 3).

que, antes da gênese dessa diferença, não havia nada de “histórico” na paisagem composta por aquelas ruas e edificações, sendo elas tão somente o cenário da vida cotidiana). O problema, então, torna-se o de compreender⁷ como se inventa essa excepcionalidade, e quais são suas condições sócio-históricas de possibilidade.

Antes, porém, faz-se necessário explicitar alguns dos pressupostos teóricos que orientarão a seguinte análise. Para responder ao problema em torno da invenção do centro histórico de São Luís – seu surgimento enquanto categoria e recorte espacial, seus diversos sentidos –, tomo-a como processo social de longa duração. Partindo da sociologia processual e figuracional de Norbert Elias (1994; 1998; 2001) – que interpreta processos sociais abrangentes a partir da análise mais detida de algumas de suas conjunturas específicas (as figurações) –, procederei aqui à apreensão desse processo por meio de duas figurações principais: preservacionismo e reconstrução (que constituem as duas seções principais do corpo deste artigo). No plano dos procedimentos analíticos, portanto, examinarei dois momentos decisivos da invenção do centro histórico, correspondendo cada um a uma das figurações mencionadas.

Para o historiador Roger Chartier (2001, p. 13), uma figuração, tal como definida por Elias,

é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis (os jogadores de um carteadado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos

outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões.

Dessa forma, a noção de figuração se constitui como instrumento teórico-analítico que permite captar a forma específica que as interdependências humanas assumem em um determinado momento de um processo social. Cada figuração se trata, nesse sentido, de um equilíbrio dinâmico formado por uma rede de posições sociofuncionais, unidas entre si por afinidades e tensões. Esses laços, que podem tomar uma forma diferente a cada instante da dinâmica social que se tem como objeto, se estabelecem entre seres humanos necessariamente inter-relacionados, inviabilizando uma perspectiva analítica que abordasse “indivíduo” e “sociedade” de forma estanque e dicotômica. Antes, o que o conceito de figuração sublinha é o caráter simultâneo desses dois polos, de modo que as mútuas implicações dos seres humanos são o que compõe o próprio tecido da história social. Assim, os movimentos desta última adquirem forma estruturada, na medida em que se torna possível identificar as interdependências específicas que estão em jogo no interior de cada momento histórico. Essas interdependências aparecem então como a unidade analítica prioritária da sociologia, cujo objetivo é o de compreender os processos sociais a partir de suas várias figuras, cada uma consistindo em uma rede específica entre posições unidas por trocas simbólicas. Abordando as figuras formadas por essas tramas de sentido, se torna possível compreender não somente seu arranjo particular, mas também sua historicidade, isto é, os processos



⁸ Devo à comunicação de Alexandre Corrêa (2017) a ideia de aplicar, enquanto chave analítica, os termos de Gruzinski à paisagem urbana do centro de São Luís, tomando-o como imagem.

históricos anteriores, de curta ou longa duração, que engendram cada equilíbrio dinâmico momentâneo.

O antropólogo Rogério Proença Leite, ao estudar os usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo, cunha uma categoria analítica que aqui pode ser acoplada ao conceito de figuração: ele chama de “fluxo de atribuição de sentidos” cada momento de transformações decisivas na paisagem do bairro (LEITE, 2001, p. 361). Dessa forma, um grande fluxo de atribuição de sentido acontece nos próprios primórdios da cidade, quando ela é planejada estrategicamente de acordo com o projeto colonial expansionista holandês, que ergue muros que funcionam também como fronteiras sociais e simbólicas. Outro fluxo como esse tem lugar quando de uma reforma de inspiração haussmaniana, em 1910, que ocorre de modo a inventar uma imagem moderna para o centro antigo do Recife. Nesse momento, o ideal da cidade “ampla e higiênica” é o que dá as diretrizes da construção do espaço urbano. O terceiro grande fluxo de atribuição de sentido, na descrição do autor, consistiria na intervenção realizada na década de 1990, orientada por um “plano de revitalização” que traz em seu bojo também um processo de “gentrificação”.

De maneira semelhante, também as figurações decisivas do processo de invenção do centro histórico de São Luís podem ser compreendidas enquanto fluxos de atribuição de sentido, isto é, operações de imputação de significado que se estruturam em rede, tal como elaborado pela perspectiva figurativo-processual eliasiana. Tomando cada figuração como uma trama dinâmica e um fluxo

semiótico, será possível compreender como se dá essa construção pública do passado (e do presente), através da tessitura de narrativas em torno da forma urbana em questão.

Por fim, se soma, a esse esquema teórico-conceitual, uma última categoria analítica: a noção de política das imagens. Aqui, utilizo essa categoria na acepção proposta pelo historiador Serge Gruzinski em seu livro *A Guerra das Imagens*⁸. Nesse texto, o autor se debruça sobre as imagens e os imaginários correspondentes a partir da análise de um campo empírico específico: o México colonial. Assim, ele passa a observar o modo como, em contextos diversos, aquelas estiveram no centro das disputas que são a um só tempo políticas e culturais. Dando especial destaque ao papel das imagens religiosas barrocas na colonização do México indígena, o autor as situa no interior das guerras culturais que se travam não apenas no contexto colonial em sentido estrito, mas que continuam a ocorrer nas sociedades marcadas por esse tipo de formação. Segundo Gruzinski (2006, p. 15),

[p]or ser a imagem, junto com o texto, um dos instrumentos maiores da cultura europeia, a gigantesca empreitada de ocidentalização que se abateu sobre o continente americano assumiu – ao menos em parte – a forma de uma guerra de imagens que se perpetuou séculos a fio e que nada indica que já esteja encerrada.

É essa compreensão ampla da guerra de imagens que permite ao autor atravessar várias situações em que elas operam



⁹ Como ensina Pierre Bourdieu (2001, p. 228), “o mundo social é, ao mesmo tempo, o produto e o móvel de lutas simbólicas, inseparavelmente cognitivas e políticas, pelo conhecimento e pelo reconhecimento”.

como dispositivos decisivos no interior de relações de dominação simbólica⁹. Dessa forma, a análise que enfoca as guerras entre as imagens indígenas e católicas, cujas várias versões se proliferam nas circunstâncias do contato interétnico, se abre, também, para outras maneiras de produção de imaginários: as pinturas religiosas da contrarreforma, passando pela arte dos murais na construção da nação pós-revolucionária mexicana, até a imagem eletrônica da televisão. Em todos esses contextos, elas são o centro de usos políticos dissonantes e até antagônicos; é o caso do culto à Virgem de Guadalupe, que em seus primórdios é objeto de controvérsia interna ao clero católico – sendo inicialmente condenado como “invenção satânica” –, para depois ser incorporado à estratégia da Igreja, que passa a adotar uma política que “se dedica a utilizar ao máximo o instrumento da imagem, tentando mantê-lo sob controle” (GRUZINSKI, 2006, p. 145). É nesse sentido que o autor fixa as políticas da imagem como sua unidade de análise, perspectiva que também buscarei adotar:

Da mesma maneira que a palavra e o texto, a imagem pode, ao seu modo, ser o veículo de todos os poderes e de todas as resistências. O pensamento que ela desenvolve oferece uma matéria específica, tão densa como o texto, mas que costuma ser irreduzível a ele, o que não facilita nada a tarefa do historiador obrigado a atribuir palavras ao indizível. No entanto, não são as vias do pensamento figurativo nem, de modo mais clássico, a história da arte e dos estilos, nem mesmo o conteúdo das imagens que aqui nos deterão. É sim o exame dos programas e das políticas da imagem, o

desenrolar das intervenções múltiplas que ela acarreta ou antecipa, os papéis que assume numa sociedade multiétnica. (GRUZINSKI, 2006, p. 17-18)

A política das imagens é também uma economia, como Mostra Marie-José Mondzain (2013). Pois a escolha de certas imagens, em detrimento de outras, é uma expressão da economia simbólica inerente a todo processo de produção de sentidos, na medida em que esses sentidos circulam e são valorados desigualmente. Ela se trata, então, de uma modalidade específica de produção de raridades e hierarquias simbólicas e, nesse sentido, de uma economia. Isso posto, procedo a seguir à análise dos dois momentos decisivos da invenção do centro histórico da cidade de São Luís.

Figuração do preservacionismo

A primeira figuração do processo de invenção do centro histórico de São Luís corresponde ao momento decisivo que se estende das primeiras décadas do século XX até as décadas de 1960/1970 (quando pode-se marcar o início do segundo momento decisivo, o da reconstrução). Alguns traços podem ser apontados como particularidades dessa figuração, que chamarei de “preservacionismo”: a eleição da arquitetura colonial como elemento identitário local, seu enquadramento através de um olhar estetizante e informado pela ideia de um valor de antiguidade, e a entrada de um certo pensamento preservacionista na razão de



¹⁰ “Contra a ideologia carismática segundo a qual os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza, a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação [...]. À hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas -, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. Eis o que predispõe os gostos a funcionar como marcadores privilegiados da ‘classe’. [...] A nobreza cultural possui, também, seus títulos discernidos pela escola, assim como sua ascendência pela qual é avaliada a antiguidade do acesso à nobreza. A definição de nobreza cultural é o pretexto para uma luta que, desde o século XVII até nossos dias, não deixou de opor, de maneira mais ou menos declarada, grupos separados em sua ideia sobre cultura, sobre a relação legítima com a cultura e com as obras de arte, portanto, sobre as condições de aquisição, cujo produto é precisamente estas disposições” (BOURDIEU, 2007, p. 9).

Estado, além da vontade de distinção pela via da nobreza cultural¹⁰. Esses traços, mediados por uma cultura intelectual herdada do século XIX (DINO, 2017), convergiram assim para inventar a diferença significada pelo centro histórico de São Luís.

A pesquisadora Raquel Noronha (2015, p. 106), em trabalho que discute as representações sobre a noção de patrimônio na feira da Praia Grande, no centro de São Luís, levanta a seguinte hipótese:

Ao se deparar com um momento interpretado como de *decadência*, em que se verificaria uma ruptura histórica com um período vivido como de *prosperidade*, que teria se prolongado até o século XIX, os agentes sociais procuram legitimar suas posições no espaço social por meio da *reinvenção das tradições*. Apegam-se à noção de uma superioridade intelectual, agarram-se aos símbolos de um tempo próspero, e o conceito de *preservação patrimonial* surge, então, como instrumento de prolongamento desse passado.

Aqui, tomo essa sugestão como ponto de partida para perseguir, no tramado das interdependências sociofuncionais, os nexos do preservacionismo, isto é, a tomada de posição dos intelectuais que a partir da primeira metade do século XX contribuem para inventar o centro histórico de São Luís enquanto diferença. Dessa forma, a maneira que escolhi para conduzir essa análise figuracional foi a de examinar conjuntos de interdependências a partir das interseções de trajetórias sociobiográficas de indivíduos específicos. Esses indivíduos são entendidos não como sujeitos isolados e anteriores às relações

sociais, mas sim como posições em uma trama de sentido mais ampla, que os conecta entre si e à paisagem da cidade.

Na passagem mencionada acima, Noronha destaca que a tentativa de prolongamento do passado tido como próspero se deu também através do conceito de “preservação patrimonial”. Nesse sentido, o primeiro conjunto de indivíduos a serem analisados são aqueles que começam a apresentar e pôr em circulação, em escala local, o que se pode chamar de um pensamento preservacionista (pois é nesse pensamento que serão gestados os primeiros sentidos de diferenciação do que viria a ser classificado como o centro histórico de São Luís). Trata-se de compreender a agência desses indivíduos em seus cruzamentos, observando as afinidades e tensões funcionais que os conectam em uma mesma rede de posições.

Na trama de produtores simbólicos envolvidos nesse momento decisivo da invenção do centro histórico, adquirem relevo as atuações dos intelectuais que criam o primeiro agente estatal local explicitamente dedicado às práticas de preservação patrimonial: a Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município, fundada em 1943. É possível tomar essas atuações, então, como indicações que permitem percorrer as linhas de força da figuração. Em sua dissertação *Capital Moderna e Cidade Colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense*, José Antônio Viana Lopes levanta várias informações empíricas relevantes sobre o período aqui focado, com a ajuda



das quais será possível reconstituir alguns dos encadeamentos centrais dessa rede.

Segundo o autor,

no ano de 1943, por iniciativa de um grupo de intelectuais locais, coordenados por Antonio Lopes, a Prefeitura Municipal instalou a *Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional*, criada no código de posturas do Município, em 1936, mas que não fora efetivamente instalada naquele momento. (LOPES, 2004, p. 142)

Essa instalação se fez possível a partir de um decreto-lei do mesmo ano de 1943, que regulamentava a cooperação do poder público municipal com entidades culturais e de assistência social. Nesse contexto, a Comissão surge como uma extensão do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, amparada no decreto que incluía o apoio do município a instituições que tratassem da “conservação do patrimônio cultural” (apud LOPES, 2004, p. 142). No entanto, quem eram os indivíduos que compunham esse grupo de intelectuais, que por sua vez consistiam nos primeiros quadros da Comissão? Segundo Viana Lopes,

[n]ão eram, como se poderia pensar, engenheiros ou arquitetos, mas desembargadores (Leopoldino Lisboa, Henrique Costa Fernandes), jornalistas (Fernando Perdigão), políticos (Luso Torres), advogados (Antonio Lopes), todos atuantes na imprensa local e vinculados às principais instituições culturais do estado, como a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, e nacionais. Eram profissionais que atuavam em diversos campos e que já eram, naquele momento, reconhecidos

como autoridades intelectuais da cidade. (LOPES, 2004, p. 143)

Esses produtores culturais, então, se reúnem na Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional com o objetivo de, segundo a redação do decreto de sua criação,

proceder ao reconhecimento e catalogação de todos os monumentos, edifícios, sítios e objetos que interessem ao patrimônio histórico e artístico da cidade e de propor ao Governo Municipal as medidas para a conservação desses tesouros. (apud LOPES, 2004, p. 142)

É no sentido dessa missão que, ainda no mesmo ano, e a partir da atuação da Comissão, a prefeitura decreta proibida a demolição ou remodelação de edificações dotadas de mirantes ou revestimento de azulejos, com a justificativa de conservar “o aspecto tradicional e, mesmo, peculiar da cidade” (apud LOPES, 2004, p. 146). Dessa forma, tem-se uma figuração na qual invenção de tradição e política da imagem, tais como definidas na introdução, coincidem. A tomada de posição em favor dos mirantes e azulejos constitui, assim, uma atribuição de sentido que adquire força programática, fixando em imagem e em paisagem, e com consequências duráveis, a identidade cultural local. Isso acontece em uma conjuntura que não é livre de tensões, pois essa decisão aparece como reação a uma série de medidas modernizantes que previam a “remodelação” da paisagem da cidade antiga.

Entretanto, falta ainda explicar como a figuração descrita acima plasma um processo social - um fluxo de atribuição de



¹¹ Decreto nº 22.928, de 1933. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso em 13/11/2017.

sentido - cuja gênese lhe é anterior. A trama formada por esses intelectuais é tributária de movimentações que existem pelo menos desde a década de 1910; com efeito, segundo um gestor público entrevistado por Noronha (2015, p. 103), “desde o início do século, desde 1917, já há uma série de intelectuais que começam a estruturar um discurso preservacionista”. De acordo com a mesma fonte,

[a] gente tem uma série de artigos, de intelectuais respeitados aqui de São Luís, defendendo a questão do patrimônio, e aí é interessante perceber o foco que eles davam naquele momento, havia diversas correntes de pensamento. [...] E eram discursos extremamente elaborados, e antes de chegarem nas revistas, a gente tem discursos na Academia Maranhense de Letras, na revista do Instituto Histórico, mas antes de chegar nas revistas eles eram publicados em jornais, eram artigos de debates públicos, e eu acredito que esse processo gerou, vamos dizer, uma mentalidade preservacionista, que também atuou, colaborou na preservação desse acervo. (apud NORONHA, 2015, p. 104)

Na legislação estadual, a menção à preservação de monumentos existe pelo menos desde 1927, quando uma Lei Orgânica dos Municípios atribui a estes últimos a tarefa de conservar “parques, jardins, logradouros públicos e monumentos” (apud LOPES, 2004, p. 31). No entanto, essa lei ainda não reconhece o chamado “patrimônio histórico e artístico” como especificidade, subsumindo-o na categoria mais geral de “patrimônio público”. (Já no trecho do decreto de criação da comissão, transcrito acima, a categoria de “patrimônio histórico e

artístico” aparece explicitamente.) Nesses mesmos anos de 1927 e 1928, Bahia e Pernambuco já introduzem leis estaduais com o objetivo de proteger os bens materiais considerados como portadores de valor histórico. Em Pernambuco, é criada uma “Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais” (CANTARELLI, 2014), idealizada por figuras públicas como Gilberto Freyre. Em Minas Gerais, esforços desse tipo datam de 1925.

Enquanto isso, na Europa, realiza-se em 1933 o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), cujo principal resultado foi a influente Carta de Atenas, redigida e publicada por Le Corbusier. Embora orientado pelo valor modernista da funcionalidade urbana, este último documento contemplava também as edificações legadas pelo passado, prescrevendo que “os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos)”, com a ressalva de que “eles serão salvaguardados se constituírem expressão de uma cultura anterior e se corresponderem a um interesse geral”, pois “nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado” (LE CORBUSIER, 1993). No mesmo ano de 1933, no Brasil, um decreto¹¹ assinado por Getúlio Vargas declarava a cidade de Ouro Preto como “monumento nacional”, já reconhecendo “os monumentos ligados à História Pátria” e as “obras de arte” como parte de um “patrimônio histórico e artístico” da cidade.



¹² Sobre a criação do SPHAN, cf. Mariza Veloso (1992) e Maria Cecília Londres Fonseca (1997).

É nesse cenário nacional e internacional que se desenha, a partir de 1936, a criação de um órgão nacional direcionado à preservação dos bens interpretados como dotados de valor histórico e artístico. (Antes disso, ideias de leis orientadas à proteção desses bens já circulavam no Congresso Nacional desde a década de 1920.) Esse órgão, chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹², surgiria a partir da iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas de 1934 a 1945. Segundo a narrativa oficial da instituição (IPHAN, 1980, p. 12-13), o ministro contou com a ajuda de Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, que redigiu o primeiro projeto de implementação do serviço. Dado o aval do presidente da república, foi organizado em 1936 o SPHAN, para cuja direção Mário de Andrade sugeriu o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade, mineiro assim como Capanema. Por ocasião do surgimento desse novo arranjo institucional, em 1936, o jornal carioca *Diário da Noite* relatava nos seguintes termos uma entrevista com o diretor do SPHAN:

Nos países civilizados – conclui o dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade –, isso já está plenamente organizado. Recentemente se reuniu em Atenas uma conferência internacional para assentar, na órbita mundial, as mesmas e oportunas medidas que o nosso Serviço objetiva e sob o alto e inspirado sentido de que os patrimônios históricos e artísticos nacionais transcendem e são de interesse da

comunidade universal. (ANDRADE, 1987, p. 25)

Tal declaração ajuda a evidenciar a circulação transnacional das ideias preservacionistas. Contudo, é provável que a referência de Franco de Andrade não seja à Carta de Atenas de 1933, mencionada acima, e sim à primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, ocorrida na mesma cidade dois anos antes, e que resultou também em um documento conhecido como “Carta do Restauro”.

Voltando mais especificamente à teia do preservacionismo no Maranhão, em cujo meio é engendrado o primeiro momento decisivo da invenção do centro histórico de São Luís, cumpre examinar com mais proximidade as trajetórias sociobiográficas de dois indivíduos ocupantes de posições-chave no interior dessa figuração: tratam-se dos irmãos Antonio e Raimundo Lopes da Cunha.

Ambos nasceram nos últimos anos do século XIX, na cidade maranhense de Viana, e eram filhos de Manuel Lopes da Cunha, desembargador e governador do estado por alguns meses durante o ano de 1902, além de sobrinhos do escritor e folclorista Celso Magalhães. Antonio Lopes da Cunha (1889 – 1950) fez seus estudos secundários no Rio de Janeiro, onde a família residiu na primeira década do século XX. Formou-se em ciências jurídicas no Recife, em 1911, e em 1918 foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de São Luís. Manteve atividade jornalística, tendo seus primeiros artigos sido escritos durante a formação em Pernambuco



¹³ Informações biográficas colhidas em Lopes (2004) e no site da Academia Vianense de Letras (<http://www.avlma.com.br/>).

e enviados para publicação no *Diário do Maranhão*. Lecionou no Liceu Maranhense e na Faculdade de Direito e foi diretor da Instrução Municipal. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e membro da Academia Maranhense de Letras. Publicou *Alcântara - Subsídios para a história da cidade e Presença do Romancero, sobre a literatura oral no Maranhão, e revisou e ampliou o Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, obra de referência editada pela primeira vez em 1870*.

Raimundo Lopes da Cunha (1894-1941) durante a infância morou no Rio de Janeiro com a família. Estudou no Liceu Maranhense e escreveu precocemente *O Torrão Maranhense*, ensaio de geografia humana. Também manteve atividade jornalística. Era bacharel em letras, cursou um ano da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e quatro anos de direito, interrompendo para dedicar-se à pesquisa nas áreas da geografia, arqueologia e etnologia na então capital da República. Na década de 1930, até sua morte em 1941, foi arqueólogo e etnólogo do Museu Nacional. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras. Deu palestras na rádio do Ministério da Educação, publicou obras científicas e, elo importante, o artigo *A Natureza e os Monumentos Culturais* no primeiro número da Revista do SPHAN, editado em 1937. Nesse texto, ele defende a proteção de sítios arqueológicos próximos a São Luís, além de se posicionar a favor do estilo arquitetônico neocolonial (LOPES, 2004, p. 167). Sobre Raimundo Lopes, um

dos interlocutores de Raquel Noronha afirma que “tinha uma influência muito forte no IPHAN no Rio de Janeiro” (apud NORONHA, 2015, p. 111)¹³.

Para os propósitos aqui perseguidos, toma relevo, nos escritos de Antônio Lopes, um artigo publicado em 1926 no primeiro número da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, intitulado *A Cidade de São Luís: vestígios do passado*. Nele, o autor faz um inventário de bens móveis e imóveis tidos como de valor histórico. Um ano depois, em 1927, ele se engaja, com sucesso, em campanha contrária à demolição das ruínas da Igreja Matriz da cidade de Alcântara. Nessa ocasião, ele exortaria um poeta contemporâneo seu a juntar-se às fileiras do preservacionismo: “[b]ata-se, caro poeta, pela conservação das ruínas, monte guarda empunhando seu alfange, a essas testemunhas de tempos memoráveis” (apud LOPES, 2004, p. 80). Em *As Inscrições Lapidares de São Luís*, texto de 1943, o autor faz a crítica de uma política da imagem pregressa, representada por um decreto de 1896 que instituía a substituição dos beirais tradicionais da arquitetura portuguesa por platibandas à moda do estilo eclético, atribuindo a essa política as “incríveis mutilações” sofridas pela cidade (LOPES, 2004, p. 81).

Além disso, em seu próprio tempo Antonio Lopes travou polêmicas contra medidas que alteravam a fisionomia “tradicional” da cidade. Essas polêmicas evidenciam o componente de tensão que se faz presente nessa figuração, e a forma particular que esse equilíbrio dinâmico toma. Pois a política da imagem proposta pelos



¹⁴ Nesse trecho é possível notar um elemento de nostalgia que também comparece em momentos posteriores. Penso que uma duração contemporânea desse sentimento nostálgico pode ser observada no hábito, comum entre famílias das classes médias e altas maranhenses, de manter em suas casas e apartamentos - distantes do centro histórico - pinturas de paisagens dessa parte da cidade (cf. foto da p. 52). Em *A Sociedade de Corte*, Norbert Elias descreve o modo como a curialização da nobreza de espada residente no campo, isto é, sua transformação em nobreza de corte, engendra também o que ele chama de um nostálgico “romantismo aristocrático”, traduzido no gosto por imagens e descrições idílicas da vida campestre.

intelectuais preservacionistas possui também um caráter reativo, já que incide como reposta às remodelações “haussmanianas” implementadas pelas administrações de Saboya Ribeiro (1937) e Pedro Neiva de Santana (1937-1945) na prefeitura do município, no período do Estado Novo. O primeiro era engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e tinha atuação na capital durante os anos 30, e o segundo era médico também formado na Faculdade de Medicina do Rio, tendo sido ambos indicados pelo interventor federal Paulo Ramos.

Um exemplo das mudanças desse período foi a obra de alargamento da Rua Grande, em 1939, que implicou na demolição da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos. Segundo Viana Lopes (2004, p. 131), essa mesma obra

teria motivado as primeiras ações federais de preservação do acervo ludovicense, e a Capela de São José da Quinta das Laranjeiras e o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras são tombados pelo SPHAN como patrimônios históricos e artísticos nacionais em 1940, a partir de indicações e orientação dos intelectuais locais que, desde 1937, mantinham relações de colaboração com o órgão federal.

Por volta da mesma época, em 1938, Astolfo Serra, interventor no estado logo após revolução de 30, saudava no jornal *O Imparcial* tanto a modernização quanto a preservação, descrevendo os sobrados coloniais como “reliquias sagradas desse passado áureo do Maranhão, que do alto de seus mirantes

contemplam a cidade que avança inevitavelmente em progresso e em civilização” (apud LOPES, 2004, p. 124).

Já na atuação de Raimundo Lopes da Cunha, tomam relevo textos como um artigo de 1917, sobre *Os Fortes Coloniais de São Luís*, e o livro *O Torrão Maranhense*, também tão antigo quanto 1916, ensaio em que o autor reconhecia na cidade de Alcântara “a poesia do passado, da grandeza perdida, das relíquias veneráveis, vítimas, não do tempo, mas da incúria e do vandalismo” (apud LOPES, 2004, p. 63)¹⁴. Mais tarde, em 1937, publicaria o já mencionado *A Natureza e os Monumentos Culturais* no primeiro número da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em edição que também contava com contribuições de Lúcio Costa, Mário de Andrade e Gilberto Freyre. Nesse texto, ele faz um estudo comparativo dos “caracteres antropogeográficos das cidades históricas”, discorrendo também sobre sítios arqueológicos do Maranhão. A atenção reservada a estes últimos culminaria com o primeiro tombamento federal no estado, a partir de indicações de Raimundo Lopes: o do sambaqui do Pindaí, no começo de 1940.

Além das trajetórias sociais dos irmãos Lopes da Cunha, poderiam também ser destacadas outras atuações, como a de José Luso Torres, deputado e militar nacionalista, que em discurso quando da instalação da Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional procurou dar um tom nacional à sua missão:

o passado maranhense, o passado baiano, os passados de todas as unidades da federação são correntes de uma só convergência histórica que é o passado do Brasil. O sentido de nossa



¹⁵ “O direito não exprime toda a sociedade (pelo que os violadores do direito seriam seres anti-sociais por natureza, ou deficientes mentais), mas a classe dirigente, que ‘impõe’ a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento” (GRAMSCI, 2007, p. 249).

missão é, pois, alta e essencialmente nacionalista. (apud LOPES, 2004, p. 88)

Por fim, um último aspecto merece ser ressaltado. Vimos acima que a Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município, criada em 1943, surge como extensão das atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, sendo Antonio Lopes da Cunha líder da primeira e fundador do segundo. Que as práticas patrimoniais - ou uma versão primitiva delas - tenham aparecido em escala local em meio a uma rede de interdependências que atravessa o Instituto Histórico e Geográfico é um fato digno de atenção. Pois, segundo Edson Farias (2007, p. 122),

a função de autocoordenação estatal exercida pelo Império, a princípio, esteve na contrapartida dos esforços em conferir profundidade histórica à idéia de Brasil. A fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e das suas versões regionais, fora movida por tal propósito, sendo a base de uma historiografia nacional e, no mesmo andamento, consistiu na pavimentação visando dotar a formação nacional de um traço de continuidade. [...] [N]o caso do Brasil imperial o tema em pauta consistia, para o recente Estado central, no ajuste em sua unidade institucional-administrativa e jurídica de termos humanos e simbólicos tão heteróclitos e dispostos em estruturas político-econômicas também distintas, mas caudatárias de fórmulas suscetíveis de promover a desigualdade socioeconômica e a estigmatização de grupos. Portanto, o dado espinhoso para os intelectuais comprometidos com o Império consistia em fornecer quadros de pensamento e percepção

capazes de concatenar sem ferir a medula óssea patrimonial e escravista, além de corroborar a específica situação de permanência da dinastia real perfilhada na antiga metrópole.

Apesar da criação tardia da versão maranhense do Instituto Histórico e Geográfico, apenas em 1925, com quase cem anos de atraso (sendo o IHGB de 1838), penso que é possível extrapolar a interpretação acima para o caso específico de invenção de tradição aqui enfocado. Trata-se, nesse sentido, da elaboração de uma narrativa identitária englobante a respeito da cidade, que, no entanto, parte de uma posição social específica. No interior dessa narrativa, os primeiros elementos selecionados para ser fixados como a imagem do tempo da “grandeza perdida”, nas palavras de Raimundo Lopes, são justamente os sobrados dotados de azulejos e mirantes, típicos não só da arquitetura civil portuguesa, em geral, mas também do estilo pombalino predominante à época da prosperidade da lavoura maranhense. Que essa “grandeza perdida” tenha repousado sobre a escravidão é algo consciente ou inconscientemente ignorado.

Sintetizando a análise dessa figuração, assim, tem-se uma elite cultural de bacharéis que é simultaneamente classe dirigente¹⁵, a exemplo dos irmãos Lopes da Cunha, que tende a funcionar como organizadora da cultura e que constrói a imagem da cidade colonial dotada de uma tradição e uma arte próprias, das quais a arquitetura seria expressão. Isso constitui um primeiro grande fluxo de atribuição de sentido à paisagem do centro antigo de São Luís (ao mesmo tempo em que uma política da imagem ajuda a produzir



essa paisagem). Entre 1927, ano da Lei Orgânica dos Municípios que prevê de maneira genérica a preservação de monumentos, e 1943, data da criação da Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município, chega a essa elite e à razão de Estado local a categoria de “patrimônio histórico e artístico”. A categoria espacial “centro histórico”, no entanto, só apareceria explicitamente um pouco mais tarde.

Figuração da reconstrução

Nos marcos da figuração do preservacionismo, analisada acima, outros tombamentos federais de bens individuais, além do Sambaqui do Pindaí e da Quinta das Laranjeiras, viriam a ocorrer nas décadas posteriores. Seriam inscritos no livro de Belas-Artes do Patrimônio a Fonte do Ribeirão, em 1950, e o Retábulo do Altar-Mór da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória (Igreja da Sé), em 1954. Em 1955 inicia-se o reconhecimento de conjuntos urbanos, sendo tombados nesse ano os “conjuntos arquitetônicos e paisagísticos” de quatro praças do centro de São Luís: Largo do Desterro, Praça Benedito Leite, Praça João Lisboa e Praça Gonçalves Dias. Na década de 60, foram reconhecidos imóveis na Praça Pedro II e o prédio da Academia Maranhense de Letras. Por fim, completando a trajetória de tombamentos federais, em 1974 é registrado como patrimônio histórico e artístico nacional o “conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís” – incluindo os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão -, cujo

processo havia sido aberto em 1951. Para João Ricardo Costa Silva (2009, p. 8), nesse momento, “[s]urgia o Centro Histórico de São Luís, através da atuação do IPHAN”.

É difícil precisar quando exatamente a categoria “centro histórico” passa a circular com mais intensidade em escala local. No entanto, é possível pontuar que, se em 1974 é reconhecido pelo IPHAN o “conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade”, em 1979, quando da gênese do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, que comentarei mais à frente, essa categoria já aparece explicitamente na razão de Estado. Quando tais eventos vieram a ocorrer, contudo, já estava sendo posto em processo o segundo momento decisivo que analisarei aqui.

Essa segunda figuração do processo de invenção do centro histórico de São Luís se desenvolve paulatinamente a partir principalmente da década de 1960, culminando, em 1988, com a política da imagem representada pela reconstrução do bairro central da Praia Grande (que, apesar de se concentrar apenas em uma região específica do centro antigo da cidade, envolve consequências simbólicas para todo o conjunto desse centro). É possível, então, tomar essa culminância como ponto de partida para percorrer os encadeamentos da trama que compõe esse fluxo de atribuição de sentido.

Em dezembro de 1988, Epitácio Cafeteira (1993, p. 126), então governador do Estado do Maranhão, decretava:



[...] considerando, finalmente, que, pela atual Constituição Federal, é dever do Poder Público, neste estando incluído obviamente a atuação do Governo do Estado do Maranhão, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de vigilância e de outras formas de acautelamento e preservação (art. 216, parágrafo 1º)

DECRETA:

Art. 1º: Fica proibido o tráfego de veículos automotores de carga e de passageiros, de qualquer tipo, nos arruamentos do Centro Histórico de São Luís nos trechos a seguir descritos; [...]

Art. 2º: Ficam autorizadas as Secretarias de Cultura e de Transportes e Obras Públicas a promoverem as medidas complementares para a reconstrução e revitalização do acervo do Centro Histórico de São Luís de modo a dar a essa área, dentro do possível, a feição arquitetônica que ali predominava nos séculos passados, dispondo o art. 3º sobre a entrada imediato do decreto em vigor.

Nesses termos, ao longo de 1989, e com inauguração em dezembro desse ano, seriam executadas obras extensas no bairro da Praia Grande, restaurando sobrados e reconstruindo lampiões, calçadas e as ruas estreitas de paralelepípedos, destinadas a partir de então apenas ao trânsito de pedestres. Essas obras, realizadas no âmbito do que foi batizado como Projeto Reviver, envolveu, além da restauração de prédios históricos, obras grandes de infraestrutura, como a construção de redes subterrâneas para instalações elétricas, hidráulicas e cabos telefônicos. Também foram restauradas edificações históricas fora do bairro da Praia Grande – antes e depois da intervenção neste último -, a exemplo

da antiga Fábrica Cânhamo, remanescente do breve surto de industrialização vivido por São Luís na passagem do século XIX para o XX, puxado pelo setor têxtil. Sobre essa obra em específico, um livro de divulgação do Projeto Reviver, publicado em 1993 pelo Senado Federal e assinado por Cafeteira (ex-governador e senador à época do lançamento do livro), afirma:

Sobreveio uma obra impressionante: a restauração integral da antiga Fábrica Cânhamo, com 5.500 metros quadrados de área construída, a maior obra de patrimônio realizada no País durante o ano de 1988. Ali foi instalado o primeiro grande centro de comercialização de artesanato do Maranhão, Ceprama. Essa obra sintetiza a filosofia do programa, ou seja, um espaço arquitetônico antes deteriorado e inacessível, hoje recuperado e aberto à comunidade, constituindo-se ao mesmo tempo atração turística e fonte de geração de emprego e renda. (CAFETEIRA, 1993, p. 30-31)

Nessa “filosofia”, condensam-se uma série de sentidos consideravelmente distintos daqueles imputados pelo preservacionismo. Pois, no momento da reconstrução da Praia Grande, que traz consigo uma reconstrução simbólica de todo o centro histórico de São Luís, há uma nova tônica, que à época preservacionismo não era significativa: a do desenvolvimento econômico e do turismo, fins de certa forma reunidos no conceito de “revitalização”. O surgimento dessa nova ênfase não exclui os sentidos da tradição anteriormente inventada, mas se constrói sobre ela; com efeito, ao falar do lugar do Projeto Reviver no interior de sua administração, Cafeteira diria que



uma dessas obras, das que mais me orgulho, é ponte e estrada ao mesmo tempo, que não é de concreto nem de asfalto. É uma “estrada” que resgata o passado, ligando-o ao nosso presente, como “ponte de fé” para o futuro de prosperidade que antevejo para o Maranhão. (CAFETEIRA, 1993, p. 17)

No entanto, apesar de efetivada em intervenção na paisagem urbana apenas no fim dos anos 80, essa “filosofia” faz parte de uma figuração que começa a se formar, no contexto maranhense, a partir principalmente da década de 60. Segundo José Marcelo do Espírito Santo,

A sucessão de ações de tombamento federais surgidas como resposta às ações reurbanizadoras do poder público estadual foi acompanhada pela Prefeitura com a criação da Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município e de um decreto-lei que impedia a demolição ou reforma de edifícios com mirantes e/ou azulejados. Naquele momento, a produção acadêmica e intelectual sobre o acervo ambiental urbano da cidade referenciava a preservação justificada pelos fatores históricos e de antiguidade de casarões isolados. Durante a década de 1960, porém, retornou o pensamento da necessidade de reformas urbanísticas na cidade antiga, em parte resultado do novo panorama político e da euforia econômica que se propunha para o Maranhão, com a quebra da oligarquia política de Vitorino Freire, de caráter fortemente conservador. Surgiram, nessa época, os principais exemplares de arquitetura moderna verticalizada no Centro Histórico de São Luís [...]. Os primeiros trabalhos sobre o acervo artístico e arquitetônico de São Luís, voltados a um aprofundamento científico [...], partiram da

Unesco, por intermédio de seus representantes que estiveram na capital maranhense [...] [E]les conseguiram influenciar os trabalhos preservacionistas locais e, parcialmente, reverter o pensamento generalizado do governo e de camadas da intelectualidade sobre a substituição da cidade antiga pela imagem da modernidade adquirida no sul do país. (ESPÍRITO SANTO, 2009)

Dessa forma, foram enviados pela UNESCO, entre o fim dos anos 60 e o início dos 70, pelo menos dois arquitetos: o francês Michel Parent, em 1966, que entregou suas *Propositions pour São Luís et Alcântara* à organização em 1968, e o português Alfredo Viana de Lima, que produziu seus *Rapport et propositions pour la conservation, récupération et expansion de São Luís/Maranhão* em 1973, tendo este último documento chegado a orientar seções do Plano Diretor formulado pelo município de São Luís em 1974 (ESPÍRITO SANTO, 2009). Ambos os arquitetos, em suas respectivas missões, visitaram mais de uma cidade histórica brasileira para fins de consultoria: Salvador, Ouro Preto, Parati e Olinda estiveram em suas rotas.

José Sarney, governador do Maranhão de 1966 a 1970, cuja eleição inaugura o ciclo de modernização mencionado na passagem acima, aponta também a mediação do órgão nacional de preservação nesse trânsito:

Quando eu era Governador do Maranhão, Rodrigo [Melo Franco de Andrade] conseguiu que a Unesco enviasse a São Luís o arquiteto Michel Parent, e, logo depois, em 1972, o grande arquiteto português Alfredo Viana de Lima, para fazer um diagnóstico da cidade e



propor novas medidas de tombamento e proteção. (IPHAN, 2007, p. 16)

Assim, tem-se em um primeiro momento uma rede transnacional que une instâncias institucionais estaduais, federais e mundiais. No entanto, Luiz Phelipe Andrès, ocupante de uma posição-chave no interior da figuração da reconstrução por ter sido o engenheiro que, na direção do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, coordenou o Projeto Reviver, relata, a respeito das indicações de Michel Parent, que “não se tem notícia do atendimento a tais recomendações importantes”. De forma semelhante, ele acrescenta que “[r]epetindo-se, lamentavelmente, o destino do documento Parent, cai o documento Viana de Lima no esquecimento e abandono burocrático, não tendo sido seguidas as suas recomendações” (ANDRÈS, 1998, p. 56).

Contudo, qual era mais precisamente o conteúdo dessas propostas? Cecilia Ribeiro aponta, a respeito da missão de Michel Parent, que ele concedeu mais atenção ao que chamou de “cidades de arte”. Essas cidades apresentariam em geral “um momento de pujança do passado e de pobreza e estagnação econômica no presente”, o que lhes permitiria “comunicar um estado de inteireza e homogeneidade” (RIBEIRO, 2013, p. 55). Para elas, o arquiteto sugeria, além da preservação, a refuncionalização para fins de turismo cultural. A autora sintetiza as propostas de Parent para as chamadas “cidades de arte” (Salvador, São Luís, Ouro Preto, Parati e Olinda) em cinco tópicos: tombamento, restauração, elaboração

de plano diretor, implementação de infraestrutura e estímulo ao turismo na forma de investimento em publicidade e na estrutura hoteleira.

Já Viana de Lima também viria a elaborar sugestões para a turistificação dos acervos das cidades históricas brasileiras, com ênfase em Ouro Preto. No relatório sobre a cidade mineira, o arquiteto “ênfatizava, entre outras observações, a importância do patrimônio dessa cidade como o recurso capaz de deflagrar um novo ciclo econômico baseado no turismo cultural” (SANT’ANNA, 2016, p. 62). Nesse sentido, a passagem desses arquitetos estrangeiros é importante do ponto de vista da circulação de modelos normativos, sobretudo no que se refere à articulação entre patrimônio e turismo cultural, sem que ainda esses modelos se traduzam em intervenções efetivas na paisagem urbana de São Luís.

Somando-se à influência dos mensageiros da UNESCO, um outro componente do fluxo de atribuição de sentido que culmina com o Projeto Reviver consiste no Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, implementado pelo governo federal brasileiro a partir de 1973. Surgido na esteira da política econômica desenvolvimentista executada pelo Estado autoritário instalado com o golpe civil-militar de 1964, esse programa, que inicialmente se chamava Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste,

foi criado, assim, num contexto de renovação administrativa do Iphan e de mudança do



paradigma preservacionista que ressaltava os valores estéticos e contemplativos do patrimônio, em prol da ênfase no seu valor econômico e na sua importância como insumo do turismo. Para tanto, como já haviam apontado diversos consultores da Unesco, era preciso buscar novas formas de gestão, juntar esforços e dividir a tarefa da preservação com outros entes governamentais. (SANT'ANNA, 2016, p. 63)

Dessa forma, participaram do programa não só o IPHAN, como também órgãos como a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo Márcia Sant'Anna, essas ideias

animaram a promoção dos célebres Encontros de Governadores, que ficaram conhecidos como Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971) – eventos que começaram a mudar a face da gestão do patrimônio no Brasil e inauguraram o crescente envolvimento da esfera estadual na preservação do patrimônio cultural. (SANT'ANNA, 2016, p. 63)

É nesse contexto, marcado pela reorientação da política cultural federal, encadeada a uma rede transnacional, que nos anos 70 se começa a planejar uma intervenção no centro histórico de São Luís, orientada pela “filosofia” que a passagem do livro de divulgação citado acima enxerga na reforma e refuncionalização da Fábrica Cânhamo. A gênese dessa política da imagem, contudo, pode ser melhor acompanhada através da trajetória social de um indivíduo ocupante de uma posição relevante no interior da figuração da reconstrução: o engenheiro, mencionado acima, Luiz

Phelipe Andrès. Andrès, mineiro com passagem pregressa pelo Rio de Janeiro, e que no fim da década de 70 trabalhava nas Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR), narra que

[a]costumado a visitar Ouro Preto e desenhar suas igrejas barrocas, fiquei surpreendido ao pisar pela primeira vez em São Luís em plenas águas de março de 1977. Impressionei-me com [...] a dimensão do conjunto arquitetônico do Centro Histórico [...]. [L]i notícia no jornal *O Estado do Maranhão* que me chamou atenção pela coincidência do tema. Informava sobre uma Operação Monumentos Históricos, promovida pelo Projeto Rondon, então sob a direção de Carlos Nogueira Fontoura, que envolvia estudantes universitários em pesquisas sobre os principais monumentos de São Luís, Alcântara e Rosário. Ato contínuo, me ofereci como voluntário para ajudar na pesquisa. [...] [E]m março de 1979, não consegui mais voltar à rotina de engenheiro da empresa. O que fiz foi pleitear minha transferência para a Secretaria de Planejamento do Estado com o propósito de me irmanar aos trabalhos recém-iniciados de forma solitária pelo arquiteto John Ulrich Gisiger que no mesmo período aqui chegara e fora contratado [pela Secretaria de Planejamento do Estado] para desenvolver uma proposta de reabilitação do centro histórico de São Luís. [...] Foi esse plano de reabilitação, de autoria do John, que acabou suscitando a realização, no mês de outubro de 1979, de um grande encontro nacional, a I Convenção da Praia Grande, para discutir a preservação do valioso acervo, então muito degradado [...]. (ANDRÈS, 2012, p. 13-16)

Essa convenção, organizada pelo governo estadual em parceria com o IPHAN, então dirigido por Aluísio Magalhães (ator



central da reorientação da política cultural brasileira em vários âmbitos), resultou na elaboração de um Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL). Com efeito, Andrès (2006) dedica sua dissertação de mestrado, de onde decorre o livro de onde foi extraída a passagem acima, e onde ele relata as fases sucessivas do programa, a este último gestor, dentre outros intelectuais.

No entanto, os dez primeiros anos do projeto se traduziram apenas em intervenções pontuais, a exemplo de uma reforma realizada na Feira da Praia Grande, que envolveu obras de infraestrutura e a reorganização de seu espaço interno, segundo Andrès (2006), de maneira negociada com os feirantes associados. A maior intervenção se daria de fato a partir de 1988, quando o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico, posteriormente chamado de Projeto Praia Grande, passa finalmente a se chamar Projeto Reviver. Aqui, mais do que uma descrição pormenorizada dos detalhes de cada ação dessas diversas fases da reconstrução material e simbólica do centro (já realizada em vários trabalhos e publicações, como por exemplo ANDRÈS, 1998, 1996, 2012; CAFETEIRA, 1993; CORRÊA, 2001; SILVA, 2010), interessaria mais captar o sentido geral dessa política da imagem. Esse sentido penso que pode ser compreendido se cotejado, uma vez mais, o livro de divulgação assinado por Cafeteira.

Pela leitura do texto do ex-governador, já no prefácio, é possível observar que, para ele, a “preservação da Praia Grande e as demais obras de restauração – que representam investimentos

equivalentes a milhões de dólares – são o melhor exemplo de civilização” (CAFETEIRA, 1993, p. 18). Na sequência, passa a ser frequentemente mobilizada o que Silva (2010, p. 93) chama de uma “retórica da decadência”: a indicação constante de estar aquela área da cidade, antes da intervenção, abandonada, degradada e/ou deteriorada. Assim, lemos que “[e]dificações que fizeram a glória da capital maranhense durante o apogeu dos séculos XVIII e XIX jaziam sob os escombros” (CAFETEIRA, 1993, p. 27). Nesse contexto, a noção de “glória” evidencia a duração de sentidos imputados por gerações anteriores: aquela de que os sobrados históricos seriam testemunho de um tempo imemorial de prosperidade, e símbolos da identidade local.

Ao seguir com a leitura, aprendemos que a “Praça do Comércio recebeu o plantio de árvores, recuperando-se a sua paisagem original conforme as fotografias do final do século XIX” (CAFETEIRA, 1993, p. 37). Nesse sentido, fica patente o fato de que a motivação por parte do governo foi, de fato, reconstruir a paisagem como imagem fiel do passado. Outras passagens, como a que descreve a obra de instalar em redes subterrâneas os cabos elétricos e telefônicos e as instalações hidráulicas, apontam que essa medida foi tomada “para retornar-se à paisagem do início do século” [XX] (CAFETEIRA, 1993, p. 61). Em outros momento, a mencionada “retórica da decadência” aparece associada a um discurso sobre segurança pública: segundo o político, antes do Reviver “[o]s terrenos baldios da Praia Grande haviam se transformado em depósitos de lixo, focos de ratos e moscas além de



locais propícios à marginalidade, aumentando a insegurança da área” (CAFETEIRA, 1993, p. 76). Em mais uma passagem, ele chega a falar de um sobrado que havia se transformado em um “antro de marginais” (CAFETEIRA, 1993, p. 88). Dessa forma, refazer a imagem da “glória” pretérita passa também pela exclusão higienizadora de atores – e posições – sociais considerados indesejáveis, revelando também um elemento de tensão importante no interior desse tramado.

Sintetizando a análise dessa figuração, encontramos uma formação em que agentes estatais intervêm para transformar – reconstruir - extensivamente a paisagem urbana, e não apenas garantir sua conservação, como na figuração anterior. Nessa reconstrução, atuam sentidos que à época circulavam em redes institucionais nacionais e transnacionais, como a refuncionalização orientada ao turismo cultural. Essa articulação entre preservação do patrimônio e turistificação seria confirmada, além disso, pela inscrição, em 1997, do centro histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, consagração que funciona desde então como mote da promoção da cidade no mercado turístico, por parte de agentes estatais e privados. No entanto, a forma particular que esses novos sentidos adquirem no contexto local é mediada pelas narrativas anteriormente construídas em torno da paisagem do centro antigo da cidade, como mostra o texto assinado por Cafeteira. Dessa forma, se configura a continuidade e a renovação da tradição inventada na primeira metade do século XX, reinventada por uma outra trama simbólica que enlaça arquitetos,

engenheiros, políticos, empresários do turismo, e por outro lado comerciantes, moradores do centro histórico e trabalhadores da construção civil que, através de seus corpos, materializaram em paisagem urbana esse segundo grande fluxo de atribuição de sentido.

Considerações finais: centro histórico como lugar de memória

As análises acima, se postas lado a lado, e ainda se comparadas com observações sobre a atual configuração do centro histórico de São Luís (DINO, 2017), permitem visualizar pelo menos uma parte da considerável complexidade que acompanha cada um dos momentos de atribuição de sentido a essa paisagem urbana. Essa complexidade, com efeito, é uma que reúne afinidades e tensões, consensos e dissensos, apagamentos e sedimentações, fixando narrativas e simbolismos ao centro da cidade de modo a transformá-lo no que se poderia chamar de um lugar de memória. Uma breve discussão desse conceito, nesse sentido, ajudaria a encerrar este texto de maneira favorável a uma contemplação reflexiva.

O conceito de lugar de memória, tal como mobilizado aqui, é elaborado por uma vertente da historiografia francesa, e operacionalizado por uma etnografia histórica do antropólogo estadunidense Richard R. Flores. O trabalho de Flores (2002), intitulado *Remembering the Alamo: Memory, Modernity and the Master Symbol*, é inspirador na medida em que apresenta uma



¹⁶ Todas as citações dessa obra são traduções livres de Flores (2002).

análise da construção simbólica de um lugar de memória, pelo prisma das relações entre memória e modernidade (FLORES, 2002, p. XV). O lugar em questão é o Alamo, as ruínas de uma fortaleza em San Antonio, no estado norte-americano do Texas, que foi palco de uma batalha, em 1836, entre “anglos” – os colonos texanos de língua inglesa - e mexicanos, no contexto da separação do Texas em relação ao México, cerca de uma década antes da anexação daquela região aos Estados Unidos. Nessa batalha, ganha pelos mexicanos, cerca de 150 anglos foram mortos, incluindo os líderes das forças “proto-estadunidenses”. Décadas depois, como aponta o autor, o lugar passou a ser tomado como um símbolo, figurando “grandemente na imaginação local e nacional” (FLORES, 2002, p. IX)¹⁶.

No entanto, ele faz a ressalva de que

a história de como o Alamo emergiu como um sítio importante da memória cultural estadunidense não começa em 1836, mas na última parte do século XIX enquanto o Texas passava por uma vasta transformação social (FLORES, 2002, p. 1).

Nesse sentido, o problema posto pelo autor passa a ser não a história do lugar em si, mas “uma exploração de como o Alamo é *relembrado* através de vários gêneros de cultura pública e popular e como essas lembranças estão enredadas com discursos históricos oficiais sobre os eventos de 1836”. Isto, levantando a questão da seletividade da memória:

o processo de ‘lembrar’ requer [...] um certo nível de ‘esquecer’. Mas esquecer não é uma experiência passiva; como lembrar, é um processo ativo que envolve apagamento. A memória, em ser seletiva, ativamente esquece ou ‘silencia o passado’ (FLORES, 2002, p. XV).

Assim, com o objetivo de pensar justamente esse enredamento de narrativas, o antropólogo introduz uma ideia que aqui interessaria reter: a de *construção pública do passado*. No escopo de uma outra preocupação analítica de sua obra, a saber, a formação das identidades étnico-raciais de “anglo” e “mexicano” a partir do simbolismo Batalha do Alamo, Flores demonstra como um filme que conta a história da batalha de 1836, exibido na fortaleza refuncionalizada enquanto aparelho cultural, é uma narrativa marcada por lembranças e esquecimentos, que se estrutura por meio de pares de opostos como “nós” (anglo-texanos) e “eles” (mexicanos), vencedores e perdedores. Com efeito, o Alamo se configura como “uma apresentação que inerentemente limita o espectro de significados, fixando a memória (não a história) ao lugar. Mas qual é a história da memória-fixada-ao-lugar?” Ao responder a essa indagação, a partir da “apresentação pública” da história da batalha de 1836, o autor conclui: “Essa história, da memória-fixada-ao-lugar, é uma história de poder” (FLORES, 2002, p. 32).

Por essa perspectiva, a do poder que engendra a fixação da memória social aos lugares, a proposta deste artigo dialogou com a etnografia de Flores. Em um dos capítulos de seu livro, o autor



descreve o processo de construção do Alamo, que ele aponta ser o lugar mais visitado do estado do Texas. Processos como esse, indica Flores (2002, p. 61), “transformam visões privadas em lugares públicos”. Nesse escopo, é exposto que a forma e os sentidos que o lugar veio a ter na contemporaneidade se devem, significativamente, a um movimento preservacionista que se desenrolou apenas nos primeiros anos do século XX, liderado por uma organização tradicionalista intitulada *Daughters of the Republic of Texas*. Antes da compra do espaço por parte dessa organização, em 1905, ele havia chegado a servir de depósito, loja de suprimentos e *saloon*. Assim, analisando alguns escritos das duas principais expoentes da compra e dos esforços de preservação do Alamo, Flores desvela algumas motivações e valores que ajudaram a conformar a narrativa que hoje se apresenta no e sobre o lugar. Dessa forma, o autor oferece uma perspectiva analítica sobre uma dinâmica social de construção pública do passado, em correlação com a materialidade do lugar; perspectiva essa que aqui serviu como modelo e inspiração.

Uma das ferramentas teóricas utilizadas por Flores no momento de delimitar seu objeto de análise é justamente o conceito de “lugar de memória”, elaborado principalmente pelo historiador francês Pierre Nora. Cumprindo uma função de síntese, esse conceito se refere precisamente a esses lugares, concretos e físicos, nos quais narrativas da memória social vieram a se fixar, tomando-os como evidência que as valida. Na teorização de Nora, esse tema é indissociável de uma reflexão sobre a questão da modernidade, na

medida em que a “aceleração” moderna da história condena as sociedades ao esquecimento. Segundo o autor, “[h]á locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7). Com isso, ele quer remeter especialmente ao desaparecimento das mnemotécnicas de grupos humanos assentados sobre as bases da memória oral, como por exemplo os camponeses, uma “coletividade-memória”. Na visão de Nora, com a aceleração trazida pela vida moderna, a consciência histórica passou a absorver a memória (NORA, 1993, p. 9). Segundo o autor,

[o]s lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembrança que eles envolvem, eles seriam inúteis. [...] É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (NORA, 1993, p. 13).

De modo que, para Nora (1993, p. 22), “a razão de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento”.

O presente artigo teve como objetivo geral analisar as duas principais figurações de um processo social cujo fio condutor, e resultado, é a invenção do centro histórico da cidade de São Luís,



enquanto diferença e recorte espacial dotado de excepcionalidade; agora, seria possível acrescentar: também como lugar de memória. Nele, procurei responder à questão: como se inventa um centro histórico? A análise só pode tentar caminhar e ir tropeçando nos sentidos de que ele é feito. Ela percorre aos poucos os nexos, as múltiplas determinações do concreto¹, abstraindo umas e ignorando outras, chegando a uma síntese dentre tantas outras possíveis. Qualquer resposta a essa pergunta tem necessariamente que incluir a polissemia e a contradição, pois é assim que se constrói uma cidade; ainda mais quando se acopla a ela o adjetivo “histórica”. Quantas e quais histórias, afinal?

Referências bibliográficas

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. *O “Urrou” do Boi em Atenas: instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Org.). *Centro Histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial*. São Paulo: Audichomo Editora, 1998.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. *Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e*

¹ “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 54).

Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. *São Luís – Reabilitação do Centro Histórico – Patrimônio da Humanidade*. São Luís: Foto Edgar Rocha, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CAFETEIRA, Eptácio. *Reviver*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

CANTARELLI, Rodrigo. *Inspetoria de Monumentos de Pernambuco (1928-1933)*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2014. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 13/11/2017.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. *Vilas, Parques, Bairros e Terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. *Guerra das Imagens e Memórias Enxertadas: monumentos, museus e memórias históricas em conflito*. Comunicação. VIII Seminário Internacional Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 23 a 26 de maio de 2017.

CHARTIER, Roger. “Prefácio - Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador.” In: ELIAS,



Norbert. *A Sociedade de Corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

DINO, Vinícius. *A Invenção do Centro Histórico de São Luís/MA*: sentidos de um lugar de memória. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LOPES, José Antonio Viana. *Capital Moderna e Cidade Colonial*: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LEITE, Rogerio Proença de Sousa. *Espaço Público e Política dos Lugares*: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GRUZINSKI, Serge. *A Guerra das Imagens*: de Cristóvão Colombo a *Blade Runner* (1492 – 2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ELIAS, Norbert. *Teoria Simbólica*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. “Plano municipal de gestão: a revitalização do centro histórico de São Luís”. In: VARGAS, Heliana

Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (Orgs.). *Intervenções em Centros Urbanos*: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2009.

FARIAS, Edson. “Tensões em um Projeto Civilizador Baiano”. In: *Projeto UNESCO no Brasil*: textos críticos. Organização: Cláudio Luiz Pereira e Livio Sansone. Salvador: EDUFBA, 2007.

FLORES, Richard R.. *Remembering the Alamo*: memory, modernity and the master symbol. Austin: University of Texas Press, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IPHAN. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*: uma trajetória. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 31. Brasília: MEC; SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em 13/11/2017.

IPHAN. *Cidades Históricas; Inventário e Pesquisa*: São Luís. Brasília: Edições do Senado Federal; Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1993.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONDZAIN, Marie-José. *Imagem, Ícone, Economia*: as fontes bizantinas do imaginário contemporâneo. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2013.



NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, São Paulo, V. 10, dez. 1993.

NORONHA, Raquel. *No Coração da Praia Grande: representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande – São Luís – Maranhão*. São Luís: EdUFMA, 2015.

RIBEIRO, Cecília. “Viana de Lima em Missão da UNESCO no Brasil.” In: *URBANA*. Campinas, CIEC/UNICAMP, V.5, N. 6, mar. 2013.

SANT’ANNA, Márcia. “A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois.” In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 59-74. jan.- abr. 2016.

SILVA, Georgia Patrícia. *De Volta à Praia Grande: o “velho” centro com o “novo” discurso*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

SILVA, João Ricardo Costa. *O Processo de Patrimonialização do Centro Antigo de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público*. Comunicação. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009.

VELOSO, Mariza. *O Tecido do Tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (Vol. 1). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.